

# *Superior Tribunal de Justiça*

**RCD no CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 167.984 - PR (2019/0258519-7)**

**RELATORA** : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI  
**REQUERENTE** : CAROL LOURENCI DOS SANTOS  
**ADVOGADO** : GABRIEL FRAINER PEIXOTO - RS045846  
**REQUERIDO** : DIPLOMATA S/A INDUSTRIAL E COMERCIAL - EM  
RECUPERAÇÃO JUDICIAL  
**REQUERIDO** : DIP FRANGOS S/A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL  
**ADVOGADO** : LAERCION ANTÔNIO WRUBEL - PR018923  
**SUSCITADO** : JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DE CASCAVEL - PR  
**SUSCITADO** : TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

## **DECISÃO**

Carol Lourenci dos Santos apresenta, às fls. 333/353, pedido de reconsideração da decisão por meio da qual deferi liminar "determinando o sobrestamento dos atos constritivos contra a empresa suscitante, oriundos da reclamação trabalhista relacionada nos autos, em trâmite perante o Juízo da 9ª Vara do Trabalho de Porto Alegre/RS, designando, conforme disposto no art. 955 do Código de Processo Civil, o Juízo de Direito da 1ª Vara Cível de Cascavel/PR para resolver, em caráter provisório, as medidas urgentes".

Afirma que, "infelizmente a D. Ministra Relatora foi induzida, ardilosamente, pela versão e documentos apresentados pela parte suscitante a concluir que o crédito trabalhista em comento estaria afeto a Recuperação Judicial da empresa Diplomata, acima nominada, o que não é verdade", dado que o crédito foi constituído após o deferimento da recuperação judicial e, mais ainda, da falência da suscitante.

Assim posta a questão, entendo não ser o caso de, neste momento, antes de virem aos autos as manifestações dos Juízos suscitados, reconsiderar a decisão de fls. 323/328, tendo em vista os fundamentos dela já constantes e que entendi serem relevantes e suficientes para o deferimento da liminar.

Em face do exposto, indefiro o pedido de reconsideração.

Cumpra-se a parte final da decisão de fls. 323/328 com a expedição de ofício aos juízos suscitados e posterior vista ao Ministério Público Federal.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI  
Relatora

